

CONTRERAS, José. Autonomia de professores. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002. 296

Como resultado das mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais estamos passando hoje existe uma preocupação latente em se realizar pesquisas que busquem compreender o exercício da docência e dos processos de construção da identidade, profissionalidade e profissionalização do professor. É isto que faz nesta obra, José Contreras Domingo, professor graduado em Ciências da Educação pela Universidade Complutense de Madri e Doutor também em Ciências da Educação pela Universidade de Málaga. Além de professor da Universidade de Barcelona, Contreras é membro dos Conselhos de Redação das revistas *Investigación en la Escuela* da Universidade de Sevilha e *Temps d'educació* da Universidade de Barcelona, autor de diversos artigos científicos publicados sobre teoria do currículo, professores e sobre a pesquisa-ação, assim como também de vários livros dentre os quais *Ensenanza, Curriculum y profesorado, Introducción crítica a la didáctica, Models d'investigació a l'aula*, este último em co-autoria com Angel Pérez Gómez e Félix Angulo Rasco. A obra que ora resenhamos divide-se em três grandes partes compostas de oito capítulos que versam sobre a preocupação do autor com a apropriação indiscriminada, banalizada e generalizada dos termos profissionalização e autonomia de professores.

Na primeira parte –

A autonomia perdida: a proletarização dos professores–, Contreras analisa o problema do profissionalismo no ensino, em especial o processo de proletarização pelo qual passa o professor, os vários significados do que é ser profissional e as ambigüidades e contradições que estão subjacentes na aspiração à profissionalidade.

Na segunda parte –

Modelos de professores: em busca da autonomia profissional do docente –, são discutidos três modelos tradicionalmente aceitos com respeito à profissionalidade dos professores, a saber: o especialista técnico, o profissional reflexivo e o intelectual crítico.

E por fim, na terceira e última parte –

A autonomia e seu contexto – é estabelecida uma visão global do que se deve entender por autonomia de professores.

Contreras toma como bases teóricas as idéias de Apple, Giroux, Smyth, Lawn, Ozga, Densmore, Jiménez Jaen, Derber, Schön, Habermas e Stenhouse, além do apoio e da experiência de pessoas próximas de seu ambiente profissional. Nesta obra o autor trabalha com as formas de caracterização que estão sendo difundidas com respeito aos professores e, por extensão, ao ensino escolar e sua relação com a sociedade. Nesse sentido, a autonomia dos professores, assim como também o profissionalismo docente são termos, digamos da moda, no discurso pedagógico. No entanto, tais termos deveriam ser considerados, segundo o autor, *slogans*, visto que, são termos utilizados que não vêm acompanhados de seus diversos conteúdos e significados para diferentes pessoas e diferentes posições ideológicas, o que acarreta uma forma de consenso social sem, no entanto, ter ido acompanhado de uma reflexão. Nas últimas décadas o trabalho docente sofreu e vem sofrendo, uma subtração progressiva de uma série de fatores que conduzem os professores à perda da autonomia, por isso, o termo *proletarização*, segundo o autor, é o que melhor explicita este processo. A insistente busca de um trabalho docente pautado na racionalização do ensino, resulta em graves conseqüências para o trabalho do professor: a separação concepção-execução, a desqualificação (resultando numa insistente requalificação), a perda de controle do próprio trabalho (desorientação ideológica), a rotinização do trabalho, o impedimento do exercício reflexivo, a facilidade do isolamento e estímulo ao individualismo, enfim, a perda do sentido da finalidade do trabalho docente e, portanto a perda total da autonomia professoral. Ao sair das mãos dos professores, esta autonomia passa a ser exercida por uma supervisão externa ao seu trabalho, fazendo com que o professor comece a exercer um papel de consumidor de pacotes de processos educativos produzidos além dos muros da escola, por especialistas. Desta forma, o

professor é destituído de seu papel ímpar do no processo educativo, passando a ser um mero consumidor daqueles pacotes.

Contreras insiste em afirmar que o termo profissionalidade deve dar lugar ao termo profissionalismo, visto que este vem acompanhado de uma descrição presunçosa de status e privilégios sociais e trabalhistas aos quais se aspira, ao passo que àquele

resgata o que de positivo tem a idéia de profissional no contexto das funções inerentes ao trabalho da docência.

Outro fator importante é que o trabalho docente não pode ser compreendido às margens das condições sócio-políticas que

dão credibilidade à instituição escolar, visto que a educação não é um problema da vida privada dos professores, mas uma ocupação socialmente encomendada e responsabilizada publicamente e, por isso, envolve a comunidade na participação nas decisões sobre o ensino. A autonomia nos remete a uma interpretação dos três aspectos presentes na profissionalidade docente: a obrigação moral, o compromisso com a comunidade e a competência profissional, pois estas concepções norteiam o trabalho dos professores caracterizando-os, enquanto modelos de exercício daqueles.

A terceira parte do livro é considerada pelo autor como o núcleo fundamental, uma vez que, mostra o equilíbrio necessário

entre as diferentes necessidades e condições de realização da prática docente e, mostrando também outras possibilidades de

compreensão da autonomia do docente.

O conceito de autonomia, para Contreras, está vinculado implicitamente na concepção (modelo) de professor.

Assim o especialista técnico a considera como *status* ou como atributo; o profissional reflexivo como responsabilidade moral e individual; o intelectual crítico como autonomia e emancipação. Porém, ultrapassando estes limites, ele afirma que a autonomia no contexto da prática do ensino, deve ser entendida como um processo de construção permanente no qual devem se conjugar, se equilibrar e fazer sentido muitos elementos e, portanto, podendo ser descrita e justificada, mas não reduzida a uma definição autoexplicativa. Por isso, a autonomia não é um chamado à autocomplacência, nem tampouco ao individualismo competitivo, mas a convicção de que um desenvolvimento mais educativo dos professores e das escolas virá do processo democrático da educação, isto é, da tentativa de se construir a autonomia profissional juntamente com a autonomia social.

Podemos, portanto, concluir que a autonomia assim como a profissionalidade docente é resultado de uma série de fatores, que ultrapassam um mero buscar de direitos trabalhistas ou um reconhecimento social. Fica-nos claro também, que elas só tornar-

se-ão reais se acompanhadas de uma profissionalidade do ensino, ou seja, não existirá um progresso profissional se o ensino

permanecer obsoleto e estático. Da mesma forma a descentralização dos currículos deve acontecer de uma forma realmente democrática e pedagógica, que vise à melhoria real do ensino e não uma simples troca de responsabilidades, que na maioria das vezes vem acompanhada de uma falsa autonomia dos professores. Buscar um professor competitivo para dar lugar a um professor eficiente é transformar o processo educativo em uma empresa, cuja prática é própria do processo neoliberal que ora se nos apresenta. A escola, porém, ao trabalhar com seres humanos não pode ser pautada em técnicas pré-determinada como se o resultado do processo educativo fosse mensurável e previsível. Por fim, o professor será autônomo quando a escola for autônoma, ou seja, quando tanto o professor quanto a escola forem realmente os idealizadores das práticas educativas e não apenas aplicadores de receitas mágicas prescritas fora dos muros da escola e sem o aval e a reflexão da comunidade na qual está inserida.

Esta obra, portanto, destina-se à todos aqueles que procuram entender a autonomia professoral como forma de melhoria do processo educativo, no qual o professor tem um papel fundamental.